

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, abril de 2022, número 172. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

A ESTRADA DA REFORMA AGRÁRIA – UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO CAMPONÊS E AS DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O MST E O AGRONEGÓCIO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO – PE, DE 1994 A 2020

ARTIGO DO MÊS

A PEDAGOGIA DO MST NO CENTRO DE FORMAÇÃO PAULO FREIRE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE CONQUISTA E RESISTÊNCIA DOS TERRITÓRIOS (2016-2019)

Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

EVENTOS

XXV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – ENGA 2022

Universidade do Estado do Pará (UEPA)/Belém – Pará, dezembro de 2022 (8 a 11 de dezembro)

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar

Orgs.: Mireya E. Valencia Perafán, Sérgio Sauer, Acácio Z. Leite, Flaviane de C.

Canavesi, Mário Lucio de Ávila.

Os capítulos que compõem o livro trazem discussões sobre temas como desenvolvimento territorial, políticas públicas, Agenda 2030 e sistemas agroalimentares no Brasil e na América Latina em geral.



Webinar Rede DATALUTA

Realização: Rede DATALUTA.

Canal de webinars da Rede DATALUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confira os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:

<https://www.youtube.com/c/REDEDATA LUTA/videos>.



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O PodCast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br>

EQUIPE:

Revisão, Editoração e Coordenação: Aline Albuquerque Jorge, Angela dos Santos Machado, Danilo Valentin Pereira, Eduardo P. Girardi, Gerson Antonio Barbosa Borges, Lara Dalperio Buscioli, Lucas de Brito Wanderley e Wilians Ventura Ferreira Souza.

Leia outros números do **BOLETIM DATALUTA** em

<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

A ESTRADA DA REFORMA AGRÁRIA – UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO CAMPONÊS E AS DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O MST E O AGRONEGÓCIO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO – PE, DE 1994 A 2020

Valdenildo Martins de Souza

Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

martinsmst@gmail.com

INTRODUÇÃO

O texto busca fazer uma breve análise da formação do território da região do sertão do São Francisco, mais especificamente nos municípios de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, no estado de Pernambuco, onde está situada a PE 514, denominada Estrada da Reforma Agrária pelos camponeses da região, tendo em vista a projeção de grande parte desses e demais municípios adjacentes a partir da chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, no ano de 1994 e sua dinâmica na relação com as famílias, consolidação na apropriação e transformação do espaço em território camponês e as diversas contradições enfrentadas pelas famílias assentadas e acampadas.

Discutimos na primeira parte o ambiente interno desde a chegada à terra, a construção da pertença camponesa, das conflitualidades e os desenvolvimentos gerados até os dias atuais, assim como, a atuação de cada família frente as relações sociais. Na segunda parte, discutimos as vivências do pesquisador e chegada ao objeto de pesquisa e como a pesquisa militante está presente no espaço como produtor e produto, contribuindo na produção de um olhar crítico construtivo sobre o espaço camponês conquistado, a compreensão dos paradigmas em disputa e a qualificação no enfrentamento às investidas do agronegócio.

O processo de colonização do Brasil e suas divisões territoriais proporcionaram e mantiveram o estabelecimento das oligarquias agrárias com a posse da terra. Ao longo da história, o trabalhador rural brasileiro tem sido aos poucos forçado não apenas a abdicar das suas práticas de cultivo, mas principalmente da sua identidade camponesa, através de mecanismos da burguesia, executados pelo Estado. Gradativamente aderindo a uma matriz produtiva fundamentada na devastação da terra, estruturada no poder e domínio de uma elite importada.

Os deserdados da terra, sem posses, influência ou sobrenome, conseqüentemente sem heranças, para tanto basta imaginar se os negros, os índios, os mestiços ou bastardos compuseram esse seguimento da sociedade. Ou seja, não tiveram parte na formação da elite dita brasileira. As lutas e raras conquistas da terra são caracterizadas como espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência, onde a busca pelo estabelecimento no território está sujeita à tortura e até

extermínio, por essa razão, o camponês carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade.

Enquanto que a terra, ainda que não esteja sendo utilizada, se mantém como instrumento de ostentação, de poderio do latifundiário. Por outro lado, o camponês resiste as tentativas as investidas do capital pela transformação do camponês em trabalhador assalariado rural, frente à necessidade de buscar a autossustentação, o mantimento familiar e a preservação das raízes culturais camponesa, rica de valores, crenças, ideais e sonhos, construídos ao longo da trajetória histórica da classe trabalhadora, sobretudo do campesinato. Nos projetos que o Estado implementa para a agricultura, o camponês não é compreendido como protagonista, mas sim, como sujeito integrado, subalterno ao capital. Adotam um discurso de apoio a produção camponesa e o seu modo de vida, no entanto a visão é de assalariados rurais, meros coadjuvantes atuando em função do capital e do agronegócio.

Desse modo, a relação entre a Questão Agrária e os conflitos por terra é separada por uma linha muitíssima tênue e vai além do momento de enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é apenas um dos momentos do conflito e esse processo é constante, alimentado pelas contradições e desigualdades promovidas pelo capitalismo, a partir de diferentes relações sociais, inclusive gerando diversas organizações. Nos conflitos agrários, a busca pela manutenção da posse da terra em contraposição as significativas lutas e conquistas pela classe trabalhadora, passam a ser por um lado a efetiva conservação do poder dominante através da invasão e posse até os dias atuais, por outro lado, a disputa e inserção da classe trabalhadora em vários territórios ideológicos.

Alguns que supostamente não disputam um espaço material, entretanto, no campo imaterial fazem a constante disputa do espaço ideopolítico. O que cabe destacar a travessia que a classe trabalhadora, sobretudo do campo, está transpondo. Uma fase perigosa na história da luta de classes, especificamente pela perversa utilização das tecnologias da comunicação - melhor dizendo da desinformação – e seu grande alcance, inclusive investindo na distorção da visão da pertença, especialmente na noção do inimigo que devemos enfrentar, elencando lutas internas enquanto a construção do espaço conquistado. Parafraseando Harvey, (1973), é impossível definir o espaço em si mesmo, no entanto ele pode tornar-se absoluto, relativo ou relacional, um ou outro separadamente ou simultaneamente de acordo com as circunstâncias. A prática humana, a relação construída, concebida ou induzida é que criam diferentes concepções de espaço.

Para concretude dessa análise, estabelecemos um recorte temporal, parcialmente a partir da chegada do MST na região, substantivando a chamada geografia crítica na perspectiva do pensamento geográfico, do espaço como produtor e produto do processo histórico, social e cultural, num breve olhar sobre a formação territorial da região do vale do São Francisco, conflitualidades e

desenvolvimentos trazidos, entre eles à consolidação da Estrada da Reforma Agrária como território em disputa; As vivências do autor expressas na pesquisa militante, o caminho da pesquisa e o objeto de estudo, tendo na prática, o espaço como produtor e produto e os assentamentos os assentamentos da Reforma Agrária, como fonte de resistência às investidas do agronegócio e preservação do modo de vida camponês do paradigma da Questão Agrária¹.

As ideias aqui expostas se baseiam em autores como João Pedro Stédile, Felício Munir, Ricardo Abramovay, Horácio Martins, entre outros. Buscamos desenvolver, na medida do possível, uma reflexão teórica sobre os paradigmas em disputa, as conflitualidades, o espaço geográfico e o território, com base em Milton Santos, Bernardo Mançano Fernandes, Henri Lefebvre, David Harvey. Enfim, compreender como determinado grupo, assume o controle de um espaço e desenvolve nele mecanismos para sua estabilidade e permanência reprodutiva, ampliando sua força e soberania.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO: UM BREVE OLHAR

No período anterior a 1984, antes da chegada e ocupação da terra pelo Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra, o território do Vale do São Francisco era caracterizado por casebres e pequeno contingente populacional. A área ocupada por plantio era pequena, a produção era basicamente gêneros de subsistência, que se concentrava nas vazantes do rio São Francisco. Esse território passou por um processo de transformação. Hoje a região se configura como produtora de fruticultura irrigada, principalmente, uva, manga, acerola e, mais recentemente, maçã e pera.

. Quando o movimento sem-terra ocupou e formou acampamentos na região, muitos acampados chegaram a trabalhar na área onde havia um grande plantio de batatas doce, sobretudo, no período da colheita, que gerava mão de obra, sendo uma forma dos acampados garantirem recurso para manutenção e permanência no acampamento, em tempo que mantinham as famílias nas cidades em função da escola dos filhos. Como mencionado anteriormente à região que detinha um pequeno contingente populacional, com a mudança passa a ser atrativa. Por um lado, a organização de famílias que luta pela democratização da terra, por outro uma potencial força de

¹ O conceito “questão agrária” pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito “questão agrária” sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na História, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra.

trabalho vista por empresários da agricultura, e numa terceira via uma força motriz a consolidação de políticas públicas de desenvolvimento da região. Segundo FERNANDES (2010):

A elaboração de políticas públicas é resultado da correlação de forças entre instituições que são ou representam interesses de classes. São as partes interessadas que em suas proposições de políticas, defendem seus respectivos modelos de desenvolvimento. A influência de instituições e organizações da sociedade determinam os rumos das políticas de governos e das políticas de Estado. As políticas de desenvolvimento para o campo são exemplos deste processo. Na última década, os movimentos camponeses têm conseguido influenciar mais a elaboração de políticas de desenvolvimento para a agricultura, pecuária, mercado, indústria, educação, saúde, habitação, etc., ou seja, este conjunto forma as políticas de desenvolvimento territorial, disputando com as corporações capitalistas, denominadas de agronegócio. (FERNANDES, 2010, p.7)

A região foi se transformando e a consolidação do território se dá a partir da construção dos acampamentos, apesar do receio dos habitantes locais, devido a desinformação e a manipulação midiática e daqueles que detém certo controle do território. (o que acha?), A chegada do MST movimentou toda aquela região, que até então, poucas pessoas transitavam; apenas alguns povoados isolados para agora comportar várias famílias. O comércio local passa a sentir o impacto econômico trazido por esses novos moradores e uma imensa diversidade cultural naquela região, onde diversas famílias, desde o Ceará, Bahia, Maranhão. Enfim, trabalhadores vindos de muitos estados do Brasil até mesmo pessoas que haviam se desterritorializado, emigrando para o a região Sudeste, e que com a chegada do MST, viram uma nova perspectiva de vida, decidindo se reterritorializar no lugar de origem, como afirma FERNANDES, (2010):

A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios¹. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade. (FERNANDES, 210, p.7)

Uma vez que a iniciativa popular é traduzida em ação concreta, no imaginário das mulheres e homens que compõe o acampamento, a simples entrada na terra traz a ilusão de que a Reforma Agrária já estaria consolidada, A luta pela terra passa a ser algo fundamental, primeiro pela necessidade das famílias; segundo pela busca de alimento, seguida pela paz que visam e buscam na estabilidade alimentar e financeira. Só após processo de formação é que passam a entender

que muitos passos ainda precisam ser dados e outras cercas precisam ser rompidas. Ainda que se exponham se arriscando aos violentos despejos ou mesmo ferirem sua dignidade, taxados de bandidos e invasores – a burguesia sabe o quanto é traumático ao camponês ter sua dignidade ferida – entretanto, essa é uma realidade das famílias.

A chegada do MST suscitou a percepção de novas formas e possibilidades de produção, tanto as famílias que vieram para os acampamentos, quanto aos moradores da região. Uma das coisas mais importantes é a percepção dos interesses diferenciados, expressos na construção da pertença e como cada sujeito encara a apropriação do espaço. O nível de comprometimento no processo de construção do território e na superação da compreensão de alguns, que dizem que não se produz na terra e que ocupam uma área improdutivo para permanecer improdutivo, quando comparado os grandes investimentos do Estado para as empresas rurais ali instaladas Corroborando com FELICIO (2011):

A análise territorial é fundamental para compreender a luta de classes que se estabelece pela disputa do território visando à implantação de um modelo de desenvolvimento agropecuário. É no território que os interesses antagônicos das classes sociais se efetivam, razão pela qual convém ampliar a compreensão desse conceito entendendo-o como campo de força. Só assim é possível esclarecer as novas configurações e os novos rearranjos territoriais. E, como essas contradições estão em constante movimento, elas serão reveladas muito mais fortemente pelo território, o lugar onde se dão as disputas políticas e desenvolvem as conflitualidades. O território é relacional entre processos sociais, espaço material que inclui o movimento, a fluidez, as conexões e as redes que são fundamentais para compreender as práticas humanas. (FELÍCIO, 2011, p.196).

De certo modo, ainda que não fosse produzido nada na ótica do capital – o que é praticamente impossível para os assentamentos da reforma agrária -, no atual espaço estaria sendo produzidas relações sociais, dignidade e um amplo conhecimento. Além da produção de alimentos saudáveis. Os assentamentos da região produzem alimentos saudáveis e possuem interesses antagônicos ao agronegócio e seu modelo de produção, o qual é defendido pelo o Estado e na sua intencionalidade, constrói sempre uma interdependência da classe trabalhadora ao capital.

Assim, o território vai sendo formado, num misto entre conflitos e desenvolvimento, exposto a assensos de descensos nas lutas em busca da fundamental autonomia camponesa. Por outro lado, o agronegócio nas suas investidas, representados nas grandes propriedades vinícolas e produtoras de fruticultura irrigada para exportação, aposta na perda da pertença e cultura camponesa, gradativamente buscando transforma-los a partir do seu paradigma proposto em agricultores familiares e de certa forma como muitos autores já trataram - “os pequenos agronegocinhos” -, os trabalhadores a serviço do capital, como nos afirma FERNANDES (2014):

Para as organizações do agronegócio e para o Ministério da Agricultura, o agronegócio é uma totalidade composta pelos sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro e tecnológico que contêm todos os agricultores capitalistas e não capitalistas, grandes e pequenos, o agronegócio e o —agronegócinho. Para a Via Campesina, o agronegócio representa as corporações capitalistas que constituem um conjunto de sistemas para a produção de commodities, por meio do monocultivo em grandes escalas, principalmente para exportação, enquanto os camponeses organizam sistemas baseados na diversidade, pequena escala e mercado local, formando, portanto, outra lógica (FERNANDES, 2014, p. 62).

Sem a intervenção necessária, o cuidado através do trabalho de base e a devida análise e resposta, o quadro tende a ser agravado. A deficiência no permanente resgate a cultura camponesa vai impelindo a perda dos costumes e modos históricos de plantar e colher. A cada dia, na formação do território é travado esse embate, mesmo que involuntário ou que muitos nem percebam a dimensão da sua contribuição do fortalecimento do camponês e seu modelo de produção e reafirmação de classe contra o capital e o agronegócio.

A CHEGADA DO MST NO VALE DO SÃO FRANCISCO E A ESTRADA DA REFORMA AGRÁRIA: CONFLITUALIDADES E DESENVOLVIMENTO

Cabe lembrar que o estado de Pernambuco, antes do MST, foi palco de importantes lutas relacionadas à terra. As primeiras lutas surgiram ainda com as revoltas dos africanos escravizados, que teve início no século XVII com o surgimento dos quilombos, o cangaço no início do século, entre tantas outras, em 1955 as mais expressivas e contundentes: “As ligas camponesas (PE)”. Muitas dessas organizações foram destruídas pela repressão do Estado, como por exemplo, os grupos armados da década de 60 que teimavam resistir à ditadura e foram violentamente perseguidos, presos e assassinados,

Parafraseando Moraes, (1997): o ressurgimento das Ligas camponesas, teve como marco o Congresso de Salvação do Nordeste realizado no Recife no ano de 1955, se espalhando em um rápido espaço de tempo por toda a Zona da Mata de Pernambuco e todo o Nordeste tendo a frente Francisco Julião, adquirindo expressão nacional. As ligas mobilizaram no período de 10 anos, milhares de camponeses brasileiros, gerando revolta e esperança, sobretudo propiciando dignidade a milhares de trabalhadores que viviam no interior principalmente na região Nordeste.

Massacradas pelo golpe militar de 1964, as Ligas deram origem a outros movimentos com força no campo. Em Barreiros é fundado o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o

PCB - Partido Comunista Brasileiro, ganhando força com Gregório Bezerra “*homem de ferro e flor*”, que prepara um levante de camponeses, sendo preso e torturado em praça pública em 1967 no Recife. Como afirma Stédile, (2002):

Como organização social, foram destruídas. Mas haviam semeado em terra fértil. E suas experiências e pregações ficaram adormecidas profundamente, mas, depois de muitos anos, rebrotaram. E, com a redemocratização do Brasil, vinte anos depois, rebrotaram em diversos outros movimentos sociais no campo brasileiro. Entre eles no MST. Por isso, muito nos orgulhamos de sermos descendentes desse grande movimento camponês, as Ligas camponesas. (STÉDILE, 2002, p.8)

Nesse cenário surge o Movimento de Agricultores Sem Terras - MASTER, na mesma década em plena ditadura militar, a Fazenda Sarandi, no Rio Grande do Sul, foi desapropriada pelo governo do PTB, numa ousada proposta de Reforma Agrária. Era um período de ascensão da luta de massa no campo e na cidade. Porém, as mobilizações e organizações populares foram duramente reprimidas ainda em 1962, com a saída de Leonel Brizola do governo. Em 1964 com o golpe, foi proposto pelo governo militar projetos de colonização, suprimindo a reforma agrária.

Como diz Stédile (2012, p.21): “[...] o MST surge, ao mesmo tempo em vários estados. Penso é muito simplista dizer que o MST surgiu na região norte do Rio Grande do Sul [...] surge do trabalho das Igrejas Católicas e Luteranas. Esse trabalho das igrejas também faz parte da gênese do MST”. A história do MST em Pernambuco está moldada na efervescência histórica da luta de classes aos poucos se apropriando de um espaço e construindo um território de consolidação, pautado na análise, avaliação, renovação e reestruturação da organização e da militância, no intuito de apreender de forma consciente os novos passos que precisavam ser dados.

Em maio de 1989, com o deslocamento de um grupo de militantes de Sergipe, Paraíba, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo para o Estado de Pernambuco, incumbidos pela direção nacional do objetivo de implantar o MST no estado. A primeira ocupação foi no Engenho do Complexo de SUAPE, no Cabo, no dia 25 de julho de 1989 com aproximadamente 400 famílias.

Só em outubro do mesmo ano que o INCRA ofereceu como alternativa a Fazenda Varzinha, no município de Cabrobó, informando que o INCRA tinha a posse da área e garantindo todas as condições de deslocamento e alimentação até o assentamento das famílias. Estava montada a estratégia de fazer base no sertão e acumular forças. Devido a uma informação distorcida do INCRA, foram assentadas apenas 09 (nove) famílias, distante 42 km da cidade de

Cabrobó (Sertão do São Francisco) numa pequena área em processo de expropriação² pelo “escândalo da mandioca³”.

Após várias ocupações pelo estado, mata norte, mata sul e agreste o MST chega ao sertão. Foi ocupada a fazenda Safra no Sertão do São Francisco, com 2.204 famílias, a maior ocupação do estado e uma das maiores ocupações do país. Com essa ocupação, iniciou várias outras ocupações na região do Vale do São Francisco. Até o final do ano de 1995, sete áreas já estavam sendo ocupadas. Além da Safra, Varig, Sanrizil, Maria Gorete, Boqueirão, Embrapa e Ouro Verde. com as ocupações e massificação da luta pela Reforma Agrária no Vale do São Francisco, o MST questiona o "modelo de desenvolvimento irrigado" da região, padrão da grande propriedade e grandes empresas agropecuárias do país.

Nos conflitos sociais no campo onde predominam os conflitos pela terra já é possível se perceber que os camponeses se afirmam como classe social ou, mesmo sem o dizer, defendem o campesinato como modo de produção ao reproduzirem político-ideologicamente a assertiva de se constituírem como um modo de viver e de produzir diferente do modo de produção capitalista. (CARVALHO, 2014, p.1)

Foram consolidados vários outros assentamentos a margem da estrada da reforma agrária e muitas famílias chegaram na região devido a necessidade e a esperança. No dia 7 (sete) de Setembro de 1996 aconteceu à ocupação da Fazenda Catalunha com 7.200 hectares, a maior área ocupada em Pernambuco e segunda no Brasil, consolidando a priori o assentamento de 800 famílias em Santa Maria da Boa Vista, logo se formou a Cooperativa Regional dos Assentamentos da Reforma Agrária do São Francisco – COOPERASF, propondo a produção cooperativada e o beneficiamento da produção em todos os assentamentos do Vale do São Francisco, bem como a compreensão das ações de cada indivíduo, no intuito de envolver e relacionar com o espaço produtivo e reprodutivo camponês no seu processo de reascenso.

Essa capacidade de manter a predisposição individual e coletiva para a mobilização tem sido uma habilidade singular do MST, essa ocorrência se fortalece na medida em que as pessoas são bombardeadas por informações distorcidas e nos estudos e análises são estimuladas pela necessidade individual, a *posteriori* se tornando necessidades coletivas. Todavia, não estão imunes, sobretudo a obstáculos ideológicos inseridos nos objetos e exigências impostas pelos

² Retirar ou excluir alguém da posse de uma propriedade por meios judiciais.
<https://www.dicio.com.br/expropriar/>

³ O Escândalo aconteceu entre 1979 e 1981, no município de Floresta, em Pernambuco, a 434 quilômetros da capital. O esquema envolveu mais de uma centena de pessoas, como o ex-deputado Vital Novaes e o ex-major José Ferreira dos Anjos, o gerente e alguns servidores da agência do Banco do Brasil naquele município, funcionários de cartórios, um técnico da EMATER, agricultores, fazendeiros e políticos, entre outros que se beneficiaram do esquema fraudulento que desviou 1,5 bilhão de cruzeiros (cerca de 20 milhões de reais) dos cofres públicos. <http://paulocesargomes.com.br/1454-2/>. Visita em 13/02/2021.

dominadores, inviabilizando o avanço das lutas por políticas públicas, construção e garantia de outros direitos como afirma SANTOS, (2006):

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia. O fato de que, no mundo de hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas – sejam elas a técnica, a produção, o consumo, o poder – explica o porquê da presença generalizada do ideológico em todos esses pontos. Não é de estranhar, pois, que realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se insere nos objetos e apresenta-se como coisa. (SANTOS, 2006, p.20)

Para, além disso, sua força mobilizadora reside também na capacidade de incentivar o protagonismo à medida que busca envolver e sensibilizar a comunidade de forma geral em todas as etapas de um processo de formação, capacitação, cujo alcance maior será o fortalecimento da organização camponesa. Tendo como base de suas possibilidades também está no propósito de resgatar valores, que sempre estiveram presentes na história do campo como: a solidariedade, a convivência e luta por relações sociais de igualdade, dentre outros, estão na essência da identidade dos levantes populares; resgatá-los através da reconstrução das próprias relações com o ambiente é muito mais que um desafio, é possibilidade real de sustentabilidade da vida e história camponesa.

Enfim, envolver todos os segmentos, especialmente os agricultores, os jovens e as mulheres no processo produtivo, realizam expectativas, respondem necessidades, mas também introduzem perspectivas para outra forma de fazer economia, a partir do trabalho: uma economia voltada aos interesses da população camponesa.

O CAMINHO DA PESQUISA: MINHAS VIVÊNCIAS ATÉ CHEGAR À CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO, O ESPAÇO COMO PRODUTOR E PRODUTO.

A elaboração desse trabalho se deu a partir das experiências vividas na organização, fundamentadas na participação e/ou acompanhamento das associações e cooperativas (COOPACAT, CCA-PE, CONCRAB, ACAPE, COOPTECARA e COOPERAR) das quais fiz e faço parte, assim como, dos Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos (PDA e PRA), reuniões de coordenação e direção regionais, estaduais e nacionais, contribuição em setores, seminários, encontros, cursos e oficinas, mas, principalmente nas ocupações, saques, despejos, marchas e mobilizações, que gradativamente moldam na militância ativa, num formato característico de ver e agir mediante as expressões da Questão Social no Brasil e no mundo.

E como que nos nossos ouvidos ainda ecoa o grito do jovem esmagado, mas que não se deixou dominar, enchendo de orgulho e respeito e motivação para a luta e resistência a uma classe, que sempre viu sua história sendo construída com muito suor e sangue, mais uma semente que foi plantada e continua dando frutos e produzindo outras sementes para a luta. Como fora eternizada nas palavras de Dom Tomás Balduino⁴, (2009):

““ Viva o MST!” Quando o país escutou este grito, proferido até a morte por um jovem agonizante esmagado a pancadas pela policia, em Eldorado do Carajás (PA) muita gente se encheu de profundo respeito por este fenômeno chamada MST. o mesmo se deu no final da marcha de mais de mil quilômetros a pé até Brasília, em abril de 1997. Naquele dia ninguém estava reparando no estado dos pés de ninguém. Ao contrário, todo mundo se deixou contagiar pelo impressionante entusiasmo daquela massa de novos peregrinos”.

Por fim, pretendo expressar através da escrita, como quem tenta discorrer na sua motivação e experiência vivenciada no cotidiano da própria família, na busca de acrescer ao leitor informações pertinentes sem negar as raízes, retratar esse ambiente que chamo de “inóspito”, devido à aspereza e trato na sua dissidência, mas promissor, amado e bonito. Descuidado pelos políticos, mas que jamais negou a vida dura do seu sertanejo maltratado, essa área seca, mas fecunda, capaz de produzir em meio aos tantos joelhos esqueléticos que deram a luz nesse sertão embrutecido, homens e mulheres, solidários e ternos, que morreram e ainda morrem na busca da superação da fome, da cerca e da indigna vida das pessoas que aqui resistem.

Trago aqui a memória de Gregório Bezerra⁵, combatente do povo: “cumpro o meu dever de revolucionário pelos proletários posso até morrer, mas com certeza hei de ver o fim do golpe fajuto mesmo”. Como bem diz Otacílio Pires: “homem de ferro e flor”.

⁴ BRAVA GENTE: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Bernardo Mançano Fernandes e João Pedro Stedile São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 168p

⁵ Gregório Bezerra, filho de camponês, político, líder comunista e ex-sargento do Exército brasileiro, nasceu no município de Panelas de Miranda, estado de Pernambuco, em 13 de março de 1900, ano de grande seca. Centenas de retirantes morriam pelas estradas, em busca de comida e água. Analfabeto, Gregório começou a trabalhar na agricultura, na idade em que deveria ter ido para a escola. Em 1917, trabalhando como ajudante de pedreiro no Recife participou de uma passeata por melhores salários e em solidariedade ao movimento bolchevique na União Soviética. Foi preso, julgado e condenado a sete anos de prisão. Libertado em 1922, entrou para o Exército e em 1923[...] Descobriu o comunismo, ideologia que abraçou durante toda sua vida. Em 1930, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, em 1935, era um dos líderes do movimento armado, Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em 1945, e com a legalização do PCB, Gregório volta a Pernambuco e é eleito Deputado Federal pelo Partido, sendo o segundo mais votado de Pernambuco. Em 1948, o comunismo volta à ilegalidade e Gregório teve seu mandado cassado[...] . Gregório passou a percorrer várias regiões brasileiras pregando a Reforma Agrária e organizando sindicatos de trabalhadores rurais. Em 1963, participou da organização de uma greve de 200 mil trabalhadores da zona canaveira de Pernambuco[...] Em 1964, quando o governador Miguel Arraes é deposto e preso, sai em busca de armas para os camponeses na tentativa de enfrentar o Golpe Militar, mas é preso na Usina Pedrosa, no município de Ribeirão-PE. Conduzido para o Recife, é torturado em praça pública, arrastado pelas ruas do bairro de Casa Forte, com uma corda amarrada ao pescoço. Em 1969, foi libertado juntamente com outros companheiros em troca do embaixador norte-americano, Charles B. Elbrick, que havia sido sequestrado pela resistência à ditadura militar. <http://otacilio-pires.blogspot.com/p/o-homem-feito-de-ferro-e-flor.html> visita em 10/01/2021.

As articulações, acordos, momentos de avançar, sempre fizeram parte desse processo, o dar um passo atrás, com a estratégia de seguir a adiante, enfim, de forma diferenciada, com um olhar sempre voltado a melhoria das famílias envolvidas, qualificação e melhoria no nível de conscientização da militância e dirigentes em particular e da classe trabalhadora na sua totalidade.

Para tanto, foi de fundamental a consulta de jornais, livros, fotos, revistas e documentários, resgatando memórias, lembrando as lutas travadas e as conquistas não somente no âmbito do município ou do estado, mas, nacionalmente, uma vez que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, sempre atuou em ação conjunta e articulada buscando as grandes conquistas em todos os estados.

OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA – PARADIGMAS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA E AS INVESTIDAS DO AGRONEGÓCIO

Não se pode entrar no campo do estudo e análise do Paradigma da Questão Agrária sem ter como foco principal as lutas de classes. À luz das disputas territoriais e suas conflitualidades é que vamos elucidando a defesa do modelo de desenvolvimento consolidado que sustém a autonomia produtiva dos camponeses, pensando nas gerações futuras.

Na afirmativa de Fernandes (2008), os problemas agrários estão contidos na estrutura do capitalismo, de modo que a luta de resistência contra o capitalismo é a perspectiva de construção de uma nova sociedade.

Ainda dialogando com Fernandes (2008), essa nova sociedade é moldada de acordo ao espaço que vive e se reproduz. O espaço é parte fundante da realidade, assumindo uma multidimensionalidade, podendo ser compreendido a partir de todas as suas dimensões, nessa sincronia aparecem propriedades do espaço em ser produtor e produto. Móvel ou estático o espaço é ação e reação, ponto de partida e de chegada, assumindo a prerrogativa de ser um todo, mesmo sendo parte. Como afirma Lefebvre (1991, p. 102): “O espaço social é a materialização da existência humana”.

Em suma, a definição ampla de espaço formado pelos elementos da natureza e dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia, produzem espaços em tempo que se relacionam diversamente. É a junção das partes, produtos dessa multidimensionalidade constituindo o todo.

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como *composicionalidade*, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma *completitude*, ou seja,

possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade. (FERNANDES, 2005, p.26).

Talvez nunca se tenha feito tão necessário como hoje a provocação da retomada do debate voltado à compreensão dos paradigmas em disputa no território camponês e ver, como as famílias se relacionam e se inserem na promoção das práticas reprodutivas camponesas e na promulgação do capital. Destruindo, criando e recriando paralelamente nas relações desses agentes sociais, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, promovendo alteração nas concepções locais e transformando territórios.

O Paradigma do Capitalismo Agrário intencionalmente cumpre o papel de introduzir confusões teóricas, política, social e ambiental. Invadem o espaço acadêmico e tem se manifestado em políticas públicas e organizações sociais, gerando conflitualidades. São intencionais as distorções, sob a égide da informação, na utilização das mídias sócias, causando diferentes visões, inclusive na unidade de produção familiar.

Parafraseando Abramovay (1992), a relevância da agricultura familiar faz dela hoje um setor único do capitalismo atual, por estabelecer vínculos de parentesco na gestão, destacando a importância da aplicação da mão de obra familiar. Por outro lado, corroborando com Fernandes (2004), vemos na prática no território em análise que a agricultura camponesa no seu processual estabelecimento, resultantes de políticas de reforma agrária, promovem conflitos, a partir das ocupações até a homologação dos assentamentos, todavia trazem desenvolvimento na consolidação do seu processo produtivo, no entanto estão presentes confusos discursos sempre elevando o modelo capitalista, ainda que de forma obscura, causando danos à organização dos indivíduos e ao território como um todo.

O resultado dessas e de tantas outras afirmações como acima mencionadas, quando entram no campo da subjetividade de cada sujeito, produz, sobretudo, conflitos de concepções, que vão requerer individualmente, como foram constituídos o entendimento e a sua relação com esse espaço. A partir desse relacionamento, perspectivas são obtidas, opiniões são lançadas e absorvidas, contudo cada ponto de vista, não deixa de já ter sido influenciado por esse ou aquele paradigma na real intencionalidade de influenciar. Daí a lógica do espaço como produtor e produto. Ele é um círculo de influências e potenciais influenciadores com diz FERNANDES (2006):

A facilidade com que o paradigma do Capitalismo Agrário se espacializou na academia, nos movimentos camponeses e nos governos, deve-se à carona que pegou no processo de implantação de políticas neoliberais: de flexibilização do

trabalho, de fortalecimento do mercado com amplas aberturas, de diminuição do poder do Estado, de refluxo dos movimentos sindicais e dos movimentos camponeses, de aumento do desemprego e da criação de políticas compensatórias. Isso tudo foi acompanhado por uma mudança de intelectuais, políticos e partidos de esquerda para o centro e à direita, obscurecendo o espectro político, assim como a manifestação iluminada dos intelectuais de direita que tiveram os holofotes da grande mídia, com generosos espaços em periódicos de circulação nacional (FERNANDES, 2006, p.22).

Entretanto, a agricultura capitalista, através do agronegócio se insere no território camponês, buscando alterar o modo como o camponês se relaciona com o espaço material. Da mesma maneira promove o conflito e de certa forma o desenvolvimento, porém faz parte desse desenvolvimento em prol do capital, à expropriação do campesinato inclusive ideopolítica. É um equívoco imaginar que o capital busca o fim do contingente camponês, na verdade ele busca alterar todo o modo de vida e relação com o espaço construído pelos camponeses ao longo da história, implantando de forma ideológica modelos de produção que servem ao seu sistema produtivo de dominação e interdependência representado pelo agronegócio e o território em análise é um exemplo disso.

As ocupações e o processo de consolidação dos assentamentos da reforma agrária no território sem dúvidas trouxeram desenvolvimento à região e estimularam diversas políticas públicas sociais em várias áreas. Entretanto, o olhar do capital está voltado para o contingente que se instalou ali e sua força de trabalho. E, o braço invisível do estado canaliza a pressão da classe trabalhadora e suas “vitórias” com o alcance das políticas públicas através das lutas, de acordo a demanda do agronegócio na região. Obras asfálticas, melhorias habitacionais, energia, dentre outros. Enfim, só traduzem a intencionalidade de acomodamento dos trabalhadores, uma vez que a manutenção das estradas visa o escoamento da produção do agronegócio e a facilitação dos transportes que conduzem os agricultores assalariados das suas casas até as áreas de produção.

A melhoria das habitações com água para consumo humano mantém o trabalhador no campo, mas não possibilita a produção efetiva na sua terra. Mesmo a 8 (oito) quilômetros da margem do Rio São Francisco, um dos maiores e mais importantes rios do Brasil, desconsideram a relevância econômica, especialmente para as áreas de assentamentos que passam a depender da chuva para produzir alimentos. Os investimentos para produção e consequente utilização das vias para escoamento da produção dos assentamentos praticamente inexistem. A energia elétrica é vista apenas como fator de consumo e não de produção. Mas, cabe lembrar que as organizações se dão, através das contradições, reafirmada aqui por Fernandes (2004, p.6): “uma parte fundante desse paradoxo é a obsessão da destruição do campesinato e no crescimento da organização camponesa em diferentes escalas e de diversas formas: no Brasil, na América Latina e no Mundo”.

[...] concordamos com Lênin (1980) que o campesinato não é parte do capitalismo por desenvolver outra lógica ao ocupar o território e nele estabelecer relações de produção que não são as mesmas do capitalismo. Portanto, a questão estrutural consiste no desenvolvimento do campesinato dentro do sistema capitalista sem ser parte dele e, contraditoriamente também, sendo parte dele. Essa questão estrutural está no centro da questão agrária como foi analisada por Lênin. Todavia, a história tem demonstrado para Lênin e para nós que, apesar da tendência fundamental do capitalismo, consistir “na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura” (LÊNIN, 1980, p. 64), o campesinato persiste lutando para se desenvolver no capitalismo mantendo sua independência, mesma que relativa (FELICIO, 2011, p.54)

Daí, a principal vinculação no avanço do capital nos espaços material e imaterial no território camponês, através do agronegócio, com destaque aos elementos culturais e religiosos que sugerem a padronização no comportamento, sobretudo, contrários a lutas e resistência da classe trabalhadora. A realização do capital se desenvolve na criação de uma relação social própria que se altera apenas voltados aos interesses econômicos, de dominação e determinação, sem levar em consideração o que foi construído. E apesar de terem como fundamentação que jamais as diversas políticas públicas são resultados da resistência e pressão camponesa. Contradizendo a lógica do paradigma capitalista os camponeses têm buscado para além da efetividade na produção de alimentos saudáveis, o rompimento de vários latifúndios, entre eles o do saber e apesar da apatia dos agricultores familiares que servem ao agronegócio, tem pegado carona nas políticas públicas demandadas pelos camponeses.

Seria um equívoco, entretanto, imaginar que estas políticas resultam fundamentalmente da pressão e dos interesses dos próprios agricultores. Na verdade, elas foram a condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no próprio desenvolvimento capitalista. (ABRAMOWAY, 1990, p.6).

Enfim, permeados por valores sociais, culturais e de relação com a natureza, porém construídos ao longo da história da experimentação, observação e movimentos práticos de idas e vindas, a classe trabalhadora adquire ampla riqueza de conhecimento onde está agregada acima de tudo a história de uma classe. Ao contrário, desconhecer a história ou mesmo ignora-la, assim como ignorar sua matriz produtiva destruidora, apenas reforçando o intuito do capital que tem como foco principal cada vez mais fica evidenciado na tentativa de supressão do campesinato e imprescindível necessidade do contingente camponês a serviço do capital somando-se no exército do campo, transformado em agricultor familiar a serviço do capital.

Somente é possível realizar o debate paradigmático àqueles que estão abertos ao diálogo, para melhor compreensão das razões. Nossa opção pelo método materialista dialético significa ter uma posição definida nos territórios imateriais formados pelos paradigmas. Estes são formados por teorias, que são pensamentos de referências organizados em correntes teóricas, ou seja, que fazem as interpretações dos fatos, o que implica necessariamente ter uma postura política diante dos mesmos e não ignorar as outras posturas científicas e políticas, como rotineiramente acontece quando um paradigma é hegemônico dentro da academia e/ou de instituições. (FERNANDES, 2014, p.35).

Desse modo, pensamentos e pensadores parciais que constroem a fundamentação teórica orientando a atuação histórica do capital/agronegócio na sua combinação de procedimentos excludentes e acumulação, tais como estrutura fundiária concentrada, pacotes tecnológicos inacessíveis, falta de políticas agrícolas de acesso ao crédito que viabilizassem a permanência do camponês no campo e a ausência da infraestrutura adequada, levaram ao empobrecimento de grande parcela da população rural, acarretando o êxodo e a favelização dos centros urbanos, com consequências desastrosas para o campo e cidade. Outrossim, a manutenção, a luta e a conquista da terra passam a ser, de um lado a conservação do poder dominante que ainda que não esteja sendo utilizada, todavia ostenta o poderio do latifúndio; e do outro a busca pela autossustentação e mantimento familiar, bem como a preservação das raízes da cultura camponesa, num constante embate de contrários, carregada de ideais, valores e crenças construídos ao longo da trajetória histórica da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, o trabalhador rural brasileiro foi forçado a abdicar da sua identidade camponesa, seja no uso e posse da terra em que fora expulso, através da lei de 1888, “libertando” o trabalhador escravizado e escravizando a terra, vigente até os dias atuais. Seja na sua maneira de produção, aos poucos dando lugar ao determinismo do mercado capitalista, sobretudo no cerceamento pelos aparatos do Estado (forças armadas, escola e igreja), se encarregando de incutir, o caráter sagrada da propriedade privada e o afastamento/esquecimento alienado, na preservação das raízes camponesas, sob a prerrogativa de que as crianças e jovens não mereciam ou podiam jamais conceber a possibilidade de “viver igual aos pais”.

Há algumas décadas, a resistência do modo de vida camponês, o sentimento de pertença, através de um jeito de viver diferenciado, da produção de alimentos, seja de origem animal ou vegetal, dava ao camponês a sensação de um território de autonomia. Boa autossuficiência, conservando a certeza de que a terra continuaria garantindo o sustento das atuais famílias do

campo bem como as futuras gerações. O cultivo da terra se dava de acordo as necessidades de sustentação da família e a comercialização do excedente para garantia das demais demandas familiares.

Atualmente o camponês privado da formação e poder de análise crítica, perdido entre a determinação do mercado capitalista e a busca do lucro, não se dando conta de que a produção dos alimentos básicos, e sua forma de cultivo e preservação da terra e suas raízes, distanciadas, estão aos poucos tomando o curso da desconstrução e gradativamente vão sendo envolvidos pelo agronegócio tornando indiretamente subalternos do capital sob a égide da transformação do camponês no agricultor familiar a serviço da capital/agronegócio.

Frutos desse processo de contradições surgem muitas organizações e formas de lutas buscando garantir o direito dos trabalhadores e transformar a estrutura econômica e política da nossa sociedade. A resistência camponesa aos meios de dominação e subordinação ao capital tem sido importante bandeira de luta reconhecida como principal forma resistir e denunciar a desigualdade ao mesmo tempo em que reivindica melhores condições de vida. Precedente que despertou e encorajou demais trabalhadores a buscarem transformações sociais, ganhando voz e se tornando sujeitos políticos, construindo paradigmas nas lutas, não só no campo, mas também nas cidades.

Entretanto, o capital no cumprimento de historicamente inibir qualquer forma de insurreição e levante popular, como em todo o percurso, se utiliza do seu aparato na desmobilização da luta. Assim foi, Contestado (SC/PR), Canudos (BA), Balaiada (MA), Caldeirão (CE) e em 1955, as mais expressivas e contundentes Ligas Camponesas em Pernambuco.

Segundo Bogo (2009) Muitas dessas organizações foram destruídas pela forte repressão do Estado, como por exemplo, os grupos armados da década de 60 que teimavam resistir à ditadura e foram violentamente perseguidos, presos e assassinados.

No entanto as famílias após processo árduo de lutas ao alcançarem o acesso à terra, tem como perspectiva a melhoria na qualidade de vida, o alcance de parte dos seus direitos que foram negados, esse trajeto tem sido sempre penoso, quando percebe que lhe é restrito o acesso ao crédito, a água e demais meios para produção de alimentos e manutenção das famílias.

Dar-se então a lógica do capital, quando Marx, 2006 menciona acerca dos exércitos de reserva. As comunidades rurais estão sendo visadas como potencial banco de força de trabalho ao agronegócio, que transforma o camponês em assalariado do campo, garantindo a esses após a ocupação da terra, sobretudo as áreas de assentamento próximo as das grandes empresas rurais, águas para o consumo humano, energia elétrica, moradia e transporte que os conduz até seus postos de trabalho. Passamos a ver famílias que moram as margens do Rio São Francisco, - garantidor de água para um dos maiores polos de irrigação do Brasil e do Mundo -, se submeterem

ao ciclo das chuvas para a produção agrícola. Em meio aos que largam o trabalho assalariado no período chuvoso para cultivar sua terra, poucos são os que fazem esse caminho retornam ao cultivo da cultura camponesa, principalmente os jovens.

Essa corrida global, sem limites, existente por terra, faz com que o agricultor camponês e demais povos e comunidades tradicionais fiquem seriamente ameaçados, quanto à violação dos direitos humanos, sobretudo no tangente a alimentação, saúde e moradia adequada.

No Brasil a terra sempre foi sinônimo de poder e a mão de obra barata e escravizada, ainda assegura essa prerrogativa ao dominador. Os tratados internacionais delinearam o caminho do “domínio iminente”, maquiando violações e privações sobre a égide das cartas “magnas” das nações, que apesar de mencionar a inviolabilidade dos direitos, tem se expressado na falta de transparência e vulnerabilidade dos defensores dos direitos humanos, sobretudo em áreas rurais, morte de jovens, negros e indígenas nos despejos violentos, execuções extrajudiciais, abusos policiais enfim, atua em função da segurança e privilégio de uma esfera específica da sociedade.

Ao cidadão comum resta o pagamento da conta, criminalização e preconceito pela sociedade dominante e sua ideologia, utilizados por meio das ramificações do Estado através dos ambientes religiosos, educativo, formativos e sociocomportamental.

Por outro lado, a história aponta no cotidiano social camponês uma história de constantes lutas e formas de resistências territoriais, de acordo a defesa das suas necessidades imediatas. Análise territorial nos traz a reflexão a ideia de identificar juntamente as famílias assentadas e acampadas obstáculos e potencialidades, para um enfrentamento mais qualificado, compreendendo a possibilidade de já existir no local, iniciativas positivas de resistência e iniciativa de atores, bastando reconhecimento, aprimoramento e fortalecimento de suas capacidades que elevam o camponês no seu território, um soldado de resistência na trincheira às investidas do agronegócio e aos meios de inserção e dominação do paradigma da produção capitalista. A luta por moradia, escola, equidade de gênero, produção de alimentos saudáveis de base agroecológica, resgate a cultura camponesa, direitos da juventude, acesso à saúde e preservação ambiental, foram conduzindo o conjunto dos camponeses representados pelo MST a um patamar jamais visto.

No Brasil, nenhum movimento social que luta por direitos chegou a 37 anos de história sendo conhecido mundialmente pela sua resistência. Pensar o cultivo e manutenção da identidade camponesa exige profunda reflexão e ação sobre as mudanças estruturais e conjunturais na política econômica e agrícola do Brasil. A ação do capital e do Estado no campo, e como está sendo pensado o futuro do camponês no seu território - ou o que sobrou dele -, do ponto de vista da atuação do agronegócio, seu avanço e as alterações no comportamento, tanto dos que resistem na luta pela preservação da sua identidade, quanto nas alterações e adequações do capital no envolvimento desses trabalhadores e trabalhadoras.

É nesse bojo que surge o MST e praticamente permanecem nos moldes da luta, não se diferenciando nas demais regiões, Estados ou municípios..., padecem do mesmo mal: A concentração da terra em latifúndios improdutivos precisa ser suprimida, muitas outras cercas precisam ser derrubadas, a pesquisa e análise, a formação camponesa a efetiva participação na construção do território precisa ser consolidada a partir da compreensão das investidas do capital, de como atua o inimigo e em quais os campos ele se desenvolve.

Enfim, é necessário que a pesquisa acadêmica retorne as áreas e envolva todos os segmentos, especialmente os agricultores, jovens e mulheres, alcançando expectativas políticas que respondam a necessidades, sobretudo que introduzam perspectivas para outra forma de fazer diretamente voltadas aos interesses da população camponesa e garantam participação efetiva na construção.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores familiares: Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas, 1990. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Modelos de produção em confronto**. Disponível em: < <https://www.alainet.org/fr/node/102151> /> Acesso em: 23 de setembro de 2020.

CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático**. 2011 (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **“Conflitualidade e desenvolvimento territorial.”** In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Editora da Unicamp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Revista NERA número 6, 2005, P. 14-34;

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. In **Campesinato e Território em disputas**. Paulino, Eliane Tomiasi & Fabrini, João Edmilson (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2008;

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. In Saquet, Marcos Aurélio. Sposito, eliseu Savério (Orgs.) **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **O Uso da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

HARVEY, David. **A Geografia do Manifesto**. In.: **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004;

HARVEY, David. **O espaço como palavra chave**. Geographia v. 14, n. 28 (2012);

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006;

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998;

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MORAIS, Clodomir. **História das ligas camponesas do Brasil**. In STEDILE, João Pedro. **História e natureza das Ligas Camponesas** – 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996;

SANTOS, Milton; Silveira, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006;

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre, Editora da UFRGS/Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 2004.

STEDILE, João Pedro. **História e natureza das Ligas Camponesas** – 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, João Pedro Bernardo. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 168p